

Racismo à brasileira: uma análise das ressonâncias espaciais na configuração das periferias urbanas. Desigualdade e segregação em São Paulo

Brazilian-style racism: an analysis of spatial resonances in the configuration of urban peripheries. Inequality and segregation in São Paulo

**Maura Pardini
Bicudo Vêras**

Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo;
Doutora e Livre docente em
Sociologia pela PUC-SP.
E-mail:
mauraveras9@gmail.com

Resumo

Este artigo pretende analisar o peso do racismo à brasileira, utilizando os termos de Munanga (2017) ao apontar que é um crime perfeito, pois apesar da negação de se assumir racista, seus efeitos são reais e evidentes; analisam-se as repercussões espaciais do racismo que não se assume como determinante das profundas desigualdades sociais presentes no país, deixando ao mercado de terras e habitações a regulação do acesso ao ambiente construído adequado. Resultam disso territórios da precariedade, expulsão e nomadismo urbano, em processos de rejeição e social e racial. As chamadas periferias, em sua heterogeneidade, têm merecido um olhar contemporâneo e cuidadoso na apreensão das relações de alteridade do cotidiano multifacetado da vida urbana, na territorialidade possível, nos deslocamentos pendulares ou esporádicos, na busca do trabalho, cultura e reconhecimento de sua cidadania, no sofrimento ético-político dos sujeitos que habitam tais regiões.

Palavras-chave: Racismo. Desigualdades. Segregações social e racial. Periferias urbanas. Alteridade.

Abstract

This article intends to analyze the weight of Brazilian racism, using Munanga's terms (2017) when pointing out that it is a perfect crime, because despite the denial of being racist, its effects are real and evident; we analyze the spatial repercussions of racism that is not seen as a determinant of the deep social inequalities present in the country, leaving the regulation of access to an adequate built environment to the land and housing market. Territories of precariousness, expulsion and urban nomadism in processes of relegation and social and racial . The so-called peripheries, in their heterogeneity, have deserved a contemporary and careful look in the apprehension of the alterity relations of the multifaceted everyday of urban life, in the possible territoriality, in the commuting or sporadic displacements, in the search for work, culture and recognition of their citizenship, in the ethical-political suffering of the subjects who inhabit such regions.

Keywords: Racism. Inequalities. Segregation Social and racial .Urban peripheries. Otherness.

Introdução

O presente texto busca analisar as ressonâncias espaciais do racismo brasileiro que, segundo Kabengele Munanga (DANTAS; FERREIRA; VÉRAS, 20017, p. 40) é um crime perfeito. Falar sobre o racismo sempre envolve alguns esclarecimentos prévios. A citada frase de Munanga explicita que, ao mesmo tempo em que é real a existência do racismo no Brasil, no caso está referindo-se em relação à população negra, ele é negado veementemente.

Todos os racismos são abomináveis, são crimes, mas eu achei que o racismo brasileiro é um crime perfeito partindo da ideia de um judeu, prêmio [Nobel] da Paz, que disse uma vez que o carrasco mata duas vezes, a segunda pelo silêncio. [...] você pergunta pelo racista e você não encontra, ninguém se assume, mas o racismo e a discriminação existem. Esse racismo matava duas vezes, mesmo fisicamente, a exclusão e tudo, e matava a consciência da própria vítima. A consciência de toda a sociedade brasileira em torno da questão, o silêncio, o não dito... nesse sentido, era um crime perfeito porque não deixava nem a consciência da própria vítima, nem a do resto da população através do chamado mito da democracia racial (MUNANGA, 2017, p. 40).

E quando, por exemplo, se apregoa uma suposta democracia racial, prejudica-se a formação de uma consciência da realidade¹. Por outro lado, também se interpreta de forma equivocada a expressão do “homem cordial” ou, ainda, se radicaliza a visão de Gilberto Freyre de que o colonizador português era menos cruel no trato de seus escravos, alimentando o mito do “senhor benevolente” (NASCIMENTO, 2016, p. 57). Esse ideário sugere que a desigualdade econômica ou social entre negros e brancos é resultado da falta de esforço ou de caráter dos negros e não está relacionada às estruturas sistêmicas de poder e privilégio que continuam a existir. Florestan Fernandes (2000), um clássico da literatura a respeito, já nos anos de 1960 afirmou que o racismo no Brasil, embora tenha suas diferenças do existente nos Estados Unidos, é tão presente quanto lá, destacou a importância da luta contra esta opressão, acrescentando que a democracia racial é uma ilusão criada para justificar a desigualdade sociorracial.² Esse “racismo à brasileira” tem nublado a análise sobre as determinações múltiplas da desigualdade socioespacial em nosso cenário urbano.

A presente exposição pretende realizar uma breve revisão de autores que realizaram pesquisas sobre este tema nos aspectos sociológicos da questão urbana e voltar-se à segregação sociorracial³, enquanto obscurecida pela ótica do mercado e pela subalternização, relegação por políticas urbanas, processos que são naturalizados como desigualdade de capacidade econômica, de qualificação para o trabalho, de cultura e até de disposição para a luta pela sobrevivência, sem que se resgatem as origens e a extrema desigualdade nas oportunidades da luta pelo espaço.

¹O mito da democracia racial é uma ideologia baseada na crença de que, após o fim da segregação legal e da conquista dos direitos civis, teria sido alcançada a igualdade racial. Pode-se localizar que, a partir de Gilberto Freyre, um dos intelectuais a escrever sobre a democracia racial, essa ideia de que o proprietário rural brasileiro teve uma relação distinta daquela ocorrida entre escravos negros e os senhores brancos dos Estados Unidos e que a miscigenação étnica no Brasil havia criado uma sociedade menos racista (Casa Grande e Senzala, originalmente publicado em 1933).

² Um alerta oportuno: embora desejável na contextualização do tema, uma exposição mais detalhada dos autores referenciais sobre a questão racial, a empresa colonial e a escravização, bem como a violência sofrida pelos negros no Brasil, por envolver um extenso balanço bibliográfico e significativa relação de nomes clássicos e contemporâneos, traria um duplo risco: de um lado, uma extensão do texto, incompatível com os limites do presente artigo e, de outro, traria certa superficialidade no trato de todos esses nomes, necessários em um completo “estado da arte”. Uma vasta bibliografia nacional e internacional pode ser consultada. Entre outros, Octávio Ianni, Antonio Sergio Alfredo Guimarães, Carlos Hasenbalg, Clovis Moura, Eduardo Silva. Alguns dos autores serão citados aqui, posteriormente, como F. Fanon, A. Mbembe, L. Gonzalez.

³Este trabalho não se configurou com caráter etnográfico, nem como estudo de caso, mesmo trazendo autores que em parte assim procederam, e reconhecendo que trabalhos com essa metodologia podem trazer contribuições ao tema.

O artigo percorre diferentes conclusões e testemunhos, destacando aqueles que se originaram e/ou se fortaleceram no diálogo da autora como orientadora de mestrado e doutorado, especialmente a partir dos anos 2000⁴.

Para falar das cidades brasileiras é preciso, antes de tudo, destacar que são cidades capitalistas e constituem um claro exemplo das desigualdades intrínsecas a esse modo de produção. Vale lembrar, portanto que nas sociedades capitalistas todo acesso ao ambiente urbano construído tem obedecido a um complexo processo que abrange os valores relativos à localização, ao preço da terra, da sua infraestrutura e da presença de equipamentos e, sobretudo, a uma habitação adequada e saudável; tudo se passa de uma forma regulada no mercado, possibilitada pelo perfil da renda do trabalho dos moradores, a depender, por sua vez, de sua qualificação, das oportunidades de formação e estudo, enfim, de maneira geral, graças a uma distribuição de oportunidades bastante desigual. Nesse sentido, a maioria dos trabalhadores não têm acesso a uma habitação de qualidade em bairros bem servidos dos atributos urbanos (VÉRAS, 2020).

Resulta disso, de maneira geral, uma cidade dividida, com zonas de segregação social e econômica, configuração que se soma às desigualdades étnicas, de cor, de origem nacional, de cultura, enfim, diferenças que passam a operar ao seu modo. A cidade de São Paulo, por sua história e seu presente, vem ilustrar tais considerações, como podem atestar inúmeros estudos já efetuados sobre cartografia racial (entre outros, SILVA, 2006; OLIVEIRA, 2016).⁵

Justamente o que se pretende trazer aqui é que o racismo presente na sociedade brasileira deixa ao mercado de terra, de habitações, e às políticas urbanas de transporte, equipamentos e serviços, a tarefa de segmentar, classificar, isolar os moradores, e os negros, em particular, da vida da cidade e da cidadania.

⁴Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

⁵No âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanos, vinculado às Ciências Sociais da PUCSP. O NEPUR-PUC SP certificado junto ao CNPq, desde 1983, vem se dedicando à análise da dinâmica urbana, segregação, alteridade e às políticas urbanas, levando à defesa pública duas centenas de trabalhos entre teses e dissertações, bem como de pós doutorado; entre as questões urbanas, o tema do racismo presente nas contradições das cidades, foi sempre reconhecido e incluído entre suas preocupações; entre outros pesquisadores orientados por esta autora sobre tal problemática, são aqui referenciados Maria Nilza da Silva e Reinaldo José de Oliveira, cujos trabalhos publicados com inegáveis méritos pessoais e em quais tivemos a honra de participar, trazem, de uma forma ou outra, resultados dos diálogos acadêmicos desenvolvidos nesse ambiente intelectual e político.

O Brasil viveu, nos últimos anos, momentos difíceis de vários pontos de vista: do ângulo político, movimentos conservadores da extrema direita ganharam espaço público e com o neoliberalismo econômico trouxeram retrocesso em direitos trabalhistas e sociais à maioria da população. Muitos setores se identificaram com o ideário conservador, reagiram negativamente às ideias progressistas contra a exclusão dos mais pobres, do combate à fome, do respeito à diferença e à diversidade; entretanto, não reclamam do sistema selvagem da acumulação capitalista, sobretudo da “loucura” do sistema financeiro e sua lucratividade (HARVEY, 2016; D’ANDREA, 2020). Nossas cidades trazem essa marca discriminatória para com os vulneráveis, hoje desassistidos e empurrados aos espaços desvalorizados.

Essa divisão urbana não se faz apenas no sentido binário, ou seja, embora seja real que a cidade apresenta locais bem servidos, ocupados pelas camadas de rendas média e alta, e periferias desequipadas, servindo de entrada e abrigo para setores pauperizados da força de trabalho, e/ou recém-chegados na cidade, tal visão, que durante muito tempo prevaleceu sobre São Paulo, exige atualização diante de novas tendências e pelo aprofundamento do capitalismo contemporâneo.

É importante associar nesses estudos a noção fundamental de interseccionalidade, porque abrange as questões ligadas à desigualdade de classe social, de raça/cor, de gênero, e assim por diante, pois que se complementam e se imbricam. A situação de moradia precária caracteriza a vulnerabilidade desses contingentes e, na crise econômica e sanitária do Covid-19, ou após dela, se multiplicam na capital paulista (VÉRAS, 1987, 2016; ESCOREL, 1999). Acresce-se a esse panorama as políticas de negação à vida como valor, no caso da necropolítica, o que se agravou com a pandemia, como se pretende abordar na sequência (MBEMBE, 2016).

A história paulistana sempre revelou sociedade desigual: pode se considerar que a cidade foi fundada pela segunda vez a partir do ciclo do café, pois transformou-se com a acumulação proporcionada pela cafeicultura e pela exploração da mão de obra escrava, reunindo a residência dos cafeicultores, investindo em um capital comercial, e também na própria edificação da cidade. Os proprietários rurais, “os Barões do Café” passaram a residir no centro urbano, ao contrário de outras épocas, que contaram com o absenteísmo dos fazendeiros. A cidade foi montada para atender aos interesses da elite cafeeira, e, em largos passos, apresentava zonas de habitações

adequadas nos bairros ricos, que eram separados por barreiras físicas naturais e sociais das outras áreas que se constituíram como abrigo da força de trabalho, principalmente de negros e de estrangeiros. Como é conhecido, o projeto imigratório do Estado brasileiro veio para cumprir um programa de substituição da mão de obra escrava, mas de embranquecimento da população do país, diante da presença dos negros que constituíam a maioria da mão de obra nacional. Nesse contexto, o negro escravizado que trabalhava nas casas senhoriais urbanas do setor burguês, que era separado juridicamente dos proprietários aos quais servia como doméstico ou no serviço urbano, com a abolição da escravatura, tinha que pagar para morar e foi sendo expulso das zonas de riqueza para porções onde a terra era mais barata ou estava livre para ser ocupada, periferia que sempre aparece como o abrigo “adequado” ao seu “devido lugar” (ROLNIK, 1981).

A cidade continha áreas nobres, como o bairro dos Campos Elíseos, sua urbanização organizada com as mansões dos senhores e, ao mesmo tempo, locais da precariedade, para onde se foram empurrando negros, trabalhadores e pessoas empobrecidas. Diferentes bairros foram se esvaziando de seus primeiros habitantes, como Casa Verde, Cachoeirinha, Limão, Barra Funda. O Brás, outro exemplo, recebeu trabalhadores imigrantes, de diversos países, mas basicamente italianos, chegados pela ferrovia à Hospedaria do Imigrante. Muitos imigrantes ficaram na cidade e passaram a ocupar esses bairros, margeando o Rio Tamanduateí, onde havia enchentes periódicas, constituindo um bairro misto de pequenas indústrias e de moradia popular, e muitos cortiços. O sistema de transporte coletivo era por bondes, com custos de implantação de trilhos e energia elétrica, por isso a cidade era compacta, mas mesmo nesse modo havia segregação, pois, os operários não podiam usar determinados bondes quando eram destinados a zonas nobres da cidade. Esse é um retrato breve e evidente da desigualdade social da época (VÉRAS, 1991).

Ao longo do século 20 é possível acompanhar a expansão da cidade que se alargou com a industrialização, principalmente, da década de 1930 em diante, e chegou a abrigar um parque fabril relevante; com as transformações da economia, pois a indústria foi se expandindo até para outras cidades, sobretudo para aquelas que viriam a constituir a região metropolitana de São Paulo, outras alterações se efetuaram com o rodoviarismo, novos bairros se formaram, classes sociais e grupos

étnicos se diversificaram com distintos fluxos migratórios, inclusive o nacional. Hoje, com 39 municípios ao seu redor, a capital São Paulo é a sede de uma metrópole dinâmica, embora tenha ocorrido o processo de desindustrialização e o predomínio dos setores de serviços, hoje se mostra como ocupação mais frequente de sua força de trabalho. Como dito, o conglomerado urbanizado não comporta mais apenas a visão binária de centro e periferia, pois há pequenos bolsões de riqueza e de pobreza em vários e diversificados centros que também surgiram. A área urbanizada foi se expandindo em direção cada vez mais longe do centro histórico e formando diversas periferias. Se utilizado o esquema das zonas concêntricas de E. Burgess (PIERSON, 1948), da escola de Chicago dos anos 1920, pode-se dizer que São Paulo foi crescendo como uma mancha de óleo, também bastante impulsionada pelo Plano de Avenidas (Prestes Maia propôs o sistema radioconcêntrico de avenidas e que utilizava o transporte rodoviário como política pública de massa), que foi apresentado pelo poder público e que seria executado dessa forma a partir dos anos 40, com muita força.

Em meados do século XX, a segregação se mostrava em quatro direções (CALDEIRA, 2000, p. 218): 1. a densidade populacional que em 1914 era de 110 hab/ha passou para 53 hab/ha em 1963; 2. as classes de altas e médias rendas começaram a habitar bairros com boa infraestrutura e os pobres foram para as áreas periféricas. 3. houve a aquisição de habitações próprias tanto por parte de pobres quanto de ricos; 4. o declínio do serviço de bondes e a implantação de transporte público assentado em ônibus voltado para os mais pobres e o uso do automóvel por parte das classes média e alta. O Plano de Avenidas, com o caráter rodoviarista, mudou o sistema de circulação, abrindo avenidas que partiam do centro até os subúrbios, exigindo demolições, remoções e ampliando a cidade em várias direções, e sendo o ônibus o responsável para a população pobre trabalhadora chegar até seu local de trabalho. O poder público deslocou investimentos no sistema de bondes e passou a preocupar-se com novas ruas. Para as classes de renda mais altas, o rodoviarismo lhes permitiu defender o automóvel como o modal preferido e que, até hoje, é um dos maiores causadores dos problemas urbanos e do ambiente (OLIVEIRA, 2002; REIS, 2022).

[...] os trabalhadores mais pobres sem conseguir pagar os elevados aluguéis da região central, esta cada vez sendo mais pretendida pelo capital imobiliário, foram expulsos do centro – o que acometeu, também,

grande parte da população negra paulistana. Podem ser citados alguns bairros afetados nessas referências, como a Casa Verde, a Barra Funda e o bairro do Limão, Cachoeirinha, que eram majoritariamente formados por população negra e de lá expulsa por conta da segregação e elitização de determinadas áreas, restando a resistência das escolas de samba, como a Camisa Verde e Branco, fundadas por eles no outro lado do rio Tietê (REIS, 2022, p. 30).

A vida metropolitana exige, portanto, deslocamento de contingentes entre o centro e essas longínquas periferias. De qualquer maneira, há bolsões de pobreza em alguns setores do centro que, ao se tornarem degradados para as camadas de alta renda estas, saíram para lugares melhor servidos e há outros bolsões de riqueza em alguns bairros, antes periféricos. Pode-se dizer, nos termos de Flávio Villaça (2001a, 2011) que a porção sudoeste da cidade de São Paulo veio concentrando investimentos públicos em infraestrutura, equipamentos de educação, cultura e lazer, e ali atraiu moradores de altas rendas, em ambiente bem qualificado, com serviços sofisticados e alguns bairros exclusivamente residenciais; essa porção abrange determinados bairros, como Alto de Pinheiros, Pinheiros, Perdizes, Jardim Europa, Jardim Paulista Jardim América, Moema e Morumbi. Os setores mais ao Norte, Leste e Sul mais populares, mas que têm os seus bolsões de riqueza, além dos condomínios fechados (CALDEIRA, 2000). Com referência à zona sul, breve comentário sobre a lei de proteção aos mananciais, nos anos 1970, que “seccionou” o município, impedindo sua ocupação, na defesa dos aspectos ambientais, o que facilitou à população de baixa renda ali se instalar. Distritos diversos ao sul constituíram-se como abrigo de setores empobrecidos, que formaram favelas ou adquiriram irregularmente em loteamentos, compondo um cenário de precariedade (MARICATO, 1979; R. MARTINS, 2005; SERRA, 2013).

Quer-se dizer, portanto, que essa divisão social da cidade é também uma divisão racial: diversos estudos provaram que há uma concentração da população negra nas chamadas periferias de São Paulo e é nessa direção que segue o presente trabalho (entre outros, SILVA, 2006; OLIVEIRA, 2002; 2016). Mais que uma constatação é relevante resgatar, por ser uma das origens das presentes iniquidades, a empresa colonial que subjugou milhões de pessoas e continentes. Além dos genocídios cometidos contra diversos povos, destacadamente os africanos nas Américas, o colonialismo trouxe para o Brasil a morte e a dor indígena e da escravidão negra durante largos séculos e, mesmo terminando oficialmente em 1888, seus efeitos

permanecem até hoje (NASCIMENTO, 2016). Como trabalhadores livres, após a abolição, os negros passaram a sentir o peso da alteridade, não desejados na própria terra que ajudaram a construir. Se são iguais perante a lei, não o são para o sistema educacional, nem no mercado de trabalho e também não no acesso ao ambiente urbano de qualidade, em sua cidadania mutilada, expressão de Milton Santos (1987).

O artigo se estrutura, além desta introdução e das considerações finais, em duas partes: a primeira inicia uma discussão não apenas conceitual sobre segregação, e dispõe-se a resgatar histórica e concretamente a configuração de São Paulo, e em que medida isso esconde o racismo presente na sociedade brasileira.

O segundo passo volta-se para as periferias urbanas, sob a ótica da desigualdade, das vulnerabilidades e dos processos de territorialidade e do nomadismo urbano, em relações intercambiantes. O nomadismo urbano, conceito multidimensional que compreende contínuas movimentações dos moradores dos territórios da precariedade – sempre sujeitos à remoção, e nesse processo perverso a população negra se vê envolvida em meio às crises sociais. Nesse olhar sobre as periferias está a descoberta frequente das vulnerabilidades, em contraste com os movimentos de resistência, inclusive nas suas manifestações culturais, que trazem uma vivência singular no cotidiano, revelando potência, mas também como sofrimento ético político.

1 Segregação social e racial. Territorialidades

Com a marca da desigualdade social, em espaços segregados, a cidade é reveladora de todas as complexidades sociais do mundo contemporâneo, desde os efeitos de neoliberalismo econômico, que joga extensas camadas da população sem emprego e renda às condições de precariedade, até ao abandono de proteção social, atingindo também as relações de xenofobia, alteridade, violência e racismo. Dessa forma, relacionam-se, reciprocamente, as questões sociais e espaciais, e isso é fundamental para entender as desigualdades urbanas. Como já expressamos:

[...] por sua vez, contradições urbanas pesam sobre as configurações sociais, sobre reivindicações, formas de consciência e potencialidades de associação. Entende-se aqui, portanto, que a desigualdade social tem seu correlato territorial: desigualdade é um fenômeno socioterritorial, é

socialmente produzida e tem manifestações e articulações espaciais nítidas e, por sua vez, se alimenta delas (VÉRAS, 2018, p. 35).

A cidade de São Paulo, concentrada dos finais do século XIX e até os anos 1930, veio se modificando ao longo do século XX, como visto. Com o rodoviarismo implantado, uma vez que o transporte de massa eram os ônibus e pela industrialização, inclusive a automobilística, a moradia da classe trabalhadora se espalhou, levando e cobrando a urbanização paulistana para os limites mais longínquos. Em meados do século XX, começam a surgir as favelas e, por sua vez, o encortiçamento, antes característico do núcleo central histórico, se espalha pelos anéis intermediário e periférico, os loteamentos populares, muitos irregulares, se distribuem nas regiões do município sede e na região metropolitana de São Paulo.

A capilaridade do sistema de ônibus impulsionou o padrão de urbanização para distante e foi responsável pelos longos deslocamentos da massa de trabalhadores desses locais remotos para as regiões onde se concentrava a maioria dos empregos. Como visto, houve dupla tendência: a ida das camadas de baixa renda, pobres, negros, migrantes para as periferias, e a saída das camadas de alta renda da região central, hoje conhecida como “Centro Velho”, para o centro expandido – bairros que hoje têm melhores índices de Desenvolvimento Humano (IDH), mais empregos, melhor arborização, mais equipamentos de lazer e cultura etc.

[...] A deterioração, [...] Essa ideia pretende esconder o processo real rotulado de “decadência!” e que é de responsabilidade da classe dominante, mas que não quer assumi-lo. A verdade é que a chamada “decadência” decorreu do fato de essa classe ter abandonado o centro, dele retirando suas lojas, escritórios, cinemas etc., e mesmo suas moradias, como as da Av. São Luís (VILLAÇA, 2011, p. 48).

E relacionando a mudança da elite para outros locais ao conceito de deterioração, Villaça afirma:

Justamente quando a maioria toma conta do centro, cria-se a ideia de que esse não é mais o centro da cidade, e que essa teria um novo centro. Esse ter-se-ia mudado para a Av. Paulista, ou para a Av. Faria Lima, ou para toda a região que inclui dessa avenida até o vale do Rio Pinheiros. Torna-se também dominante a ideia de que essa suposta decadência seria motivada pela velhice e obsolescência dos edifícios centrais (deterioração) (VILLAÇA, 2011, p. 48).

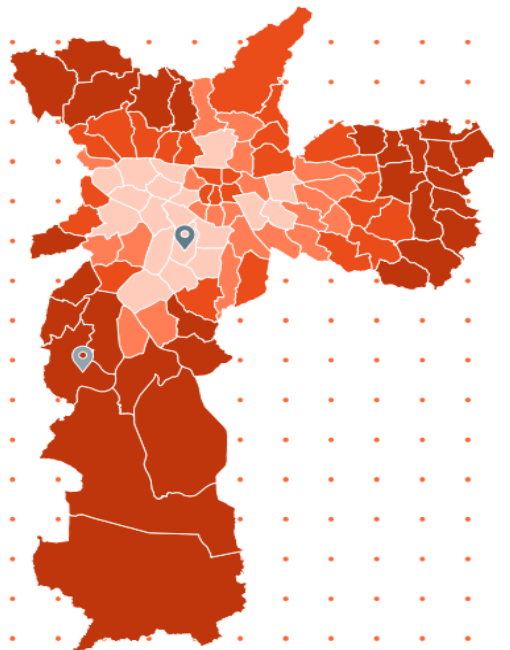
A separação dos usos da cidade provoca um vertiginoso aumento das viagens pelo território, pois além dos deslocamentos pendulares “casa-trabalho”, que se fazem cotidianamente das periferias ao centro, como também interbairros, intermunicípios, longas distâncias são percorridas por outros motivos, educação, saúde, lazer, compras. A qualidade de vida urbana, portanto, deixa muito a desejar, mostrando-se também segregada quanto à mobilidade, oferecendo riscos, desgastes, sofrimento físico e psicológico à maioria dos habitantes. Até mesmo o acesso aos serviços, como pontos de ônibus em locais ermos, ruas sem estrutura suficiente para pedestres e itinerários. Mesmo que Jacobs (2000) desde 1961 tenha recomendado aos urbanistas que as ruas devem permitir às pessoas qualidade de vida, nossas cidades, e São Paulo, não oferecem espaços de convivência nas vias urbanas, transformando-as em fluxos apressados, uma teia de pontos de chegada e de partida, sem fruição.

Na virada do século XXI, Marques (2005) analisa a heterogeneidade do espaço paulistano, especialmente nas periferias, e sugere que se deve entender a segregação residencial como o grau de separação ou o isolamento entre diferentes grupos sociais (MARQUES; TORRES, 2005). Por sua vez, para definir a periferia, alguns autores utilizam como critério a presença de rendas diferenciais tendentes a zero e, para outros, significa o conjunto das extorsões produzidas pelo capitalismo, espoliando os moradores proletarizados para áreas longínquas, sem a presença do Estado, territórios da precariedade e da autoconstrução (BONDUKI, 1982; KOWARICK, 1979 *apud* MARQUES, 2005). Um Mapa da desigualdade⁶ racial pode ilustrar a real divisão da cidade de São Paulo.

⁶A Figura 1 apresenta a distribuição das pessoas negras e pardas pelos distritos do município de São Paulo, segundo classificação do IBGE (autoidentificação) no Censo Demográfico de 2010, o mais recente disponível até a construção deste trabalho, pois o novo recenseamento está em fase de coleta em 2022/2023.

Os distritos no mapa com a cor mais densa referem-se à presença de pessoas negras nessas regiões periféricas. O quadrante sudoeste da cidade, de cor clara, revela a predominância de pessoas brancas e também é a região das mais altas rendas da cidade.

Figura 1: Distribuição da população negra e parda nos distritos da cidade de São Paulo, 2010.



Fonte: IBGE-REDE NOSSA SÃO PAULO, 2021, p. 9 (reproduzido de REIS, 2022, p. 81).

É importante registrar a dissimilaridade da pobreza que se aloja na precariedade, pois diferentes grupos sociais convivem, unidos pelas circunstâncias advindas do mercado de trabalho e que se reproduzem nas condições urbanas de moradia e localização. Tais espaços são, sem dúvida, efeitos das políticas públicas que os atendem e/ou não os atendem na oferta de serviços públicos e equipamentos, de certa forma denunciando a sua relegação em prol de outras áreas destinadas à população de maiores rendas.

Marques e Torres (2005), a partir de um balanço bibliográfico sobre o tema da segregação, concluíram por três processos: o isolamento (que se houver barreiras físicas ou legais, poderia levar à formação de guetos ou cidadelas); a dificuldade de acesso a serviços urbanos, de maneira geral, a transportes, empregos, moradia adequada, o que reitera a atenção para as políticas públicas em curso; em terceiro lugar apontam a separação, ou em outros termos, homogeneidade interna e heterogeneidade externa, buscando aferir padrões e índices de dissimilaridade. De qualquer modo, os estudos nacionais, buscando entender a forma urbana, oscilaram sempre, seja na identificação de círculos concêntricos radiais, nos termos da Escola de Chicago, ou na visão marxista sobre o quadrante sudoeste (PIERSON, 1948;

VILLAÇA, 2001). Pode-se admitir, portanto, com os autores citados, que, embora o padrão radial concêntrico se manifeste grosseiramente na cidade de São Paulo, visualizando centro, anéis intermediário e periférico, um exame mais detalhado perceberá novos bolsões de classes de alta renda que se autossegregam em condomínios fechados, à semelhança do que Caldeira (2000) percebeu como terceiro padrão de segregação, ao mesmo tempo que há zonas de pobreza em meio ao tecido urbano central (VÉRAS, 2016, 2020). Cumpre acompanhar, também, os efeitos do capital sobre o Estado, inclusive aqueles setores que produzem o ambiente urbano: imobiliário, infraestrutura, serviços, inclusive o setor de transporte público de massa, ônibus, vans e outros (MARQUES, 2005).

Oliveira (2016) faz uma completa análise da segregação social e racial em São Paulo, referindo que a segregação dos negros é vista de forma naturalizada, sendo também naturalizada a sua inserção subalterna no mercado de trabalho, a sua marginalização social. Foram, assim, reservadas à população de negros as áreas pouco valorizadas pelo mercado imobiliário, os morros, zonas sujeitas a enchentes, as periferias (OLIVEIRA, 2016).

Em São Paulo, o quadrante sudoeste é o lugar construído pela elite para se autossegregar. O quadrante sudoeste reúne os distritos e bairros mais ricos da cidade, onde há maior presença de moradores brancos e, em contrapartida, a menor participação de moradores negros (OLIVEIRA, 2016, p. 109).

Oliveira (2016) traz diversos argumentos sobre a segregação racial nas cidades brasileiras, aqui resumidos no caso de São Paulo, servindo-se de relatos históricos e registros, e que abrangem desde o período colonial até o século XXI. Além do debate teórico de diferentes vertentes, supera a ênfase na situação socioeconômica sobre a desigualdade socioterritorial na etnografia paulistana, e conclui que a democracia racial nunca existiu. Este autor aponta que nos anos de 1930, em bairros como Bexiga, Barra Funda, Liberdade, além de outras áreas centrais da capital, havia a convivência de brancos e negros, embora estes se abrigassem massivamente nos porões subterrâneos e nos cortiços da cidade. Apoiado em Costa Pinto e Abdias Nascimento, Oliveira comenta também a segregação racial na cidade do Rio de Janeiro, em uma correspondência inversa, quanto maior a urbanização, menor a presença de negros, e quanto mais proletários, maior a quantidade de não brancos,

estes nos anos de 1940 ocupavam os morros cariocas, as favelas e os subúrbios, caracterizando “...uma indiscutível segregação habitacional” (NASCIMENTO, 1978, p. 84). Fica evidente que a abolição não possibilitou ao negro a integração na sociedade salarial (FERNANDES, 2000). Embora sem a discriminação legal, a desigualdade de classe convive com o mito da democracia racial, que acaba por disfarçar o racismo na cidade. Movimentos negros, desde os últimos vinte anos do século XX, vêm denunciando essa falácia, que pode levar à desmobilização em relação à sua territorialização na precariedade. Outros autores afirmam haver verdadeiro duplo Apartheid social, econômico e racial (BUARQUE, 1993; GONZALES, 1978):

O lugar natural de grupo humano dominante são moradias amplas e espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade(...) protegidas por diferentes tipos de policiamento: (...) tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: das senzalas às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos habitacionais [...] (GONZALES, 1978, p. 15).

Realizando o seu estudo sobre três distritos da cidade de São Paulo, Oliveira (2016) os selecionou mediante a forte presença negra: Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela, com base nos dados censitários aqui retomados a partir de 2000 e 2010. Observando os dados da presença de negros, enquanto a média do município da capital era de 30% de negros em 2000 e 37% em 2010, o distrito de Brasilândia, ao norte, apresentava tais proporções em 40% e 51,5%. O distrito de Cidade Tiradentes, a leste da cidade, apontou nesses registros censitários as porcentagens de 50% e 57% de negros em sua população. Jardim Ângela, na direção extremo sudoeste, 51% em 2000 e 60,8% em 2010. Notável é a descrição de dados socioeconômicos desses distritos em comparação com as médias municipais, como presença de favelas, baixa escolaridade dos chefes de família, reduzida oferta de equipamentos sociais, educacionais e de saúde, baixa renda do trabalho e assim por diante.

Apresentando uma retrospectiva histórica desde o século XIX aos primórdios do século XXI, com cartografia consistente sobre a distribuição dos negros na capital paulista, Oliveira (2016) descreve diversas exclusões de todas ordens que, por limites do presente artigo, não podem ser retomadas aqui. Entretanto, é possível resgatar que este autor nos traz, também, aspectos ligados à territorialidade, carregada de formas culturais, simbólicas e políticas. A população negra se deslocou pelo espaço da cidade, ocupando os territórios da precariedade em São Paulo. Nos três distritos por

ele destacados, Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela, os dados relativos a moradores de casas de cômodos (provavelmente de cortiços nas suas diversas modalidades) eram, respectivamente, em 2000, 37%, 65% e 56%, enquanto no município de São Paulo os brancos ocupavam 47% desse tipo de moradia (OLIVEIRA, 2016, p. 246). A distribuição das habitações subnormais (IBGE, 2000), basicamente nas favelas, (em sua diversidade, morros, beiras de córrego, ocupações, baixadas etc.) por raça/cor nos três distritos pesquisados, aponta que a média no município era de 8,7% do total precário, e para os negros essa proporção chegava a 51%. Em Cidade Tiradentes, entre os negros, 64% habitavam situação subnormal; em Jardim Ângela, cerca de 52% e em Brasilândia estavam 45% nessa situação. O autor ouviu e entrevistou moradores e evidenciou a precariedade ambiental, acentuando a vulnerabilidade desses contingentes, ao mesmo tempo, trouxe as potencialidades, a resistência e a mobilização, tendo em vista a sua cidadania.

Silva, em 2006, pesquisou e também revelou tais processos de segregação urbana e racial em São Paulo. Por meio de sofisticada pesquisa qualitativa com base no censo (IBGE, 2000) estratificou a cidade em três grupos: os distritos que apresentavam alta concentração de negros, os que tinham média presença de afrodescendentes e aqueles em que os negros eram minoria entre seus habitantes, resultando em “amostra” considerável para cada caso. Os argumentos seguem na mesma direção dos autores supracitados e reiteram o quanto o mito da democracia racial impede a consciência das exclusões cumulativas sofridas pelos negros no mercado de trabalho, no acesso à cidade legal e equipada e seus deslocamentos e relegações jogando-os nas periferias, no subemprego, informalidade e assim por diante. Segundo os dados selecionados por Silva (2006), os distritos paulistanos com maior presença negra nessa época eram Lajeado (51,8% de negros na população do distrito), Cidade Tiradentes (49,8%), Brasilândia (39,7%), Campo Limpo (39%), José Bonifácio (37,8%) e, ainda, eram presentes em Parelheiros, Grajaú, Jardim Ângela, Jardim São Luiz, Vila Jacuí e outros. A mesma fonte apontou o número de homicídios em cada um desses distritos para caracterizar a violência presente nesses locais. Chamam a atenção, entre os indicadores utilizados por Silva, altos índices de homicídios de Brasilândia, com 92,31 homicídios em 100 mil habitantes; Cidade Tiradentes, que era de 88,8 em 100 mil habitantes; e Campo Limpo, que apresentava

93,83 em 100 mil habitantes. Em contrapartida, os distritos não periféricos e com menor proporção de negros apresentam taxas de homicídio bem menores, como no quadrante sudoeste o distrito de Perdizes, com 7% de negros no distrito e 14,73 homicídios em 100 mil moradores. Nessa direção, ainda há o Jardim Paulista (5,2% de negros e 8,22 homicídios em 100 mil habitantes) ou Moema com 4,7% de presença negra e 4,11 homicídios por 100 mil habitantes.

Embora não se apresentem aqui estatísticas primárias, atualmente a mídia tem registrado como expressivos os números de mortos naqueles locais por violência policial, especialmente negros e jovens, como na década de 1980 (D'ANDREA, 2020). Assim, ao falar das periferias em São Paulo não se podem esquecer as questões raciais.

2 Periferias paulistanas. Nomadismo urbano e vulnerabilidades

O tema das periferias em São Paulo vem ocupando inúmeros estudos, principalmente desde os anos 1970, e necessita para o seu desvendamento de abordagens múltiplas, refletindo sobre as desigualdades econômicas, sociopolíticas, étnico-raciais, culturais e urbanas. É preciso, além disso, considerar um duplo movimento, abrangendo as relações entre a territorialidade e os deslocamentos do nomadismo urbano. Este, é conceito que, sendo aplicado desde 1987, pode ser resumido como um processo de contínuos deslocamentos/expulsão e negação do direito à cidade às pessoas que se tornam sem acesso e permanência ao lugar desejado urbana e socialmente. Incluem-se diversas situações no nomadismo, via de regra aos não proprietários urbanos, mas podem incluir proprietários em face de gentrificação⁷, ocupantes de áreas livres em loteamentos irregulares, os favelados, os que habitam

⁷Entende-se a gentrificação (enobrecimento), conceito utilizado originalmente na bibliografia anglo-saxônica a partir dos anos 1960 (Ruth Glass, 1964; Neil Smith, 1996 e outros) como o processo de mudança no estrato social de moradores de uma determinada área, consistindo basicamente na expulsão dos mais pobres e a sua substituição por estratos de renda mais alta que exigirão equipamentos e artefatos urbanos de alto padrão, sofisticação dos serviços, elitizando o espaço. Em São Paulo, um exemplo de gentrificação pode ser a Vila Madalena, com verticalização de imóveis a partir dos anos 1980 e a mudança de perfil de moradores e frequentadores do bairro foi alterada para reduto de artistas, estudantes e intelectuais.

coletivamente imóveis compartilhados, como os cômodos de cortiços; os inquilinos, os de habitações precárias e também os de unidades unifamiliares despejados de moradias alugadas; aqueles que apesar de terem adquirido seus imóveis acabaram sendo expulsos por não conseguirem pagar parcelas de financiamento ou mesmo as cotas de condomínios; aqueles que estão em situações de risco em moradias improvisadas e sujeitas a remoções e expulsões (por obra pública, por projetos urbanos); e aqueles que não dispõem de moradia, ocupando logradouros públicos, os “sem domicílio”, os moradores em situação de rua, os habitantes de zonas desprovidas de infraestrutura e serviços urbanos, equipamentos e as periferias da cidade. O nomadismo pode acarretar a expulsão para mais longe, ainda na periferia, ou à situação de rua ou, ainda, a novas ocupações em edifícios e/ou glebas ociosas na cidade.

Tais segmentos da população caracterizam-se pela vulnerabilidade, fragilidade dos laços familiares, sua exposição aos riscos e à violência, não têm direito ao território como seu lugar de identificação e onde poderiam ganhar apoio eventual de seus companheiros e/ou conterrâneos, ou de suas redes. Políticas sociais são enfraquecidas no desmonte do Estado de proteção social, e na conjuntura dos anos 2018-2022, pode-se afirmar como se segue na oportuna citação:

Hoje o eixo da morte e da destruição viraram políticas de Estado e são abertamente defendidas por variados segmentos e atores governamentais. Políticas de extermínio como forma de gestão dos pobres vieram se consolidando e têm alterado profundamente a relação de todos com a cidade e com a forma de refletir sobre os seus movimentos. Há uma ruptura inegável com o ordenamento jurídico e político da cidade quando as políticas de extermínio deixam de ser simplesmente toleradas para se transformarem em políticas oficialmente assumidas pelos governos estaduais e federais (BIRMAN; CARNEIRO, 2020, p. 384).

Nesses termos, a expressão necropolítica, como assim denomina Mbembe (2018) se utilizar do conceito foucaultiano de biopoder e analisa a soberania dos Estados residindo, em maior ou menor medida, na “capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais” (MBEMBE, 2018, p. 5). Aplicando esse conceito observa-se que políticas urbanas que mantêm áreas mal servidas das condições de habitabilidade, como infraestrutura urbana e moradia adequadas, serviços e equipamentos de saúde, educação, lazer e consumo, relegam aqueles contingentes ali residentes à exclusão e à morte.

Por isso é evidente que o racismo, na medida em que ocupa papel decisivo na racionalidade do necropoder, representou fortes marcas no Ocidente ao tratar aqueles dominados como bárbaros, como (des)(in)humanos. De fato, o escravizado africano teve que lutar para ter a sua humanidade reconhecida, equiparado que foi a instrumento de trabalho. A política da raça está relacionada à política da morte.

O tratamento dado ao diferente em raça, cor e origem nacional configura-se como o não reconhecimento da alteridade, como o “não nós”, experiência demolidora no reconhecimento do OUTRO, nos termos de Arendt (2012). Como nos afirma Foucault (1997), o racismo serve como uma tecnologia que facilita o biopoder, em outras palavras, regular a “[...] distribuição da morte e torna possíveis as funções assassinas do Estado (MBEMBE, 2018, p. 18). O colonialismo, ao transformar os trabalhadores escravizados em mercadorias, lhes trouxe uma tripla perda: seu corpo, sua liberdade e seu estado político (MBEMBE, 2018, p. 27). Ao examinar a dominação colonial Fanon (2005) igualmente explicita a desigualdade no território, o estabelecimento de fronteiras internas, a supremacia racializada, dizendo quem importa e quem não importa, quem é descartável pelo poder soberano. Transcreve-se aqui, o texto de 1961, por ilustrar a desigualdade territorial, ainda presente em nossas cidades:

O mundo colonizado é um mundo cortado em dois. (...) formas estéticas do respeito à ordem estabelecida, criam em torno do explorado uma atmosfera de submissão e de inibição que alivia consideravelmente a tarefa das forças da ordem. (...) Na cidade do [dominador] colono é uma cidade de brancos (...) é uma cidade iluminada asfaltada, onde as latas de lixo transbordam sempre de restos desconhecidos nunca vistos, nem mesmo sonhados, (...) ruas limpas, sem buracos, sem pedriscos (...). A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a aldeia negra, a *medina*, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados (...). A cidade do colonizado é uma cidade faminta, (...) é uma cidade de joelhos, (...) de pretos (...) (FANON, 2005, p. 54-55).

A periferia, como lugar genérico dos “colonizados”, sempre foi vista como o lugar do OUTRO, ou não nós. Na trilha aberta por Milton Santos ao chamar a atenção para o fato de que cada um é mais ou menos cidadão pelo lugar que ocupa (SANTOS, 1987), a questão do território ganha destaque nas discussões sobre direito à cidade. A questão da territorialidade se acopla ao debate da alteridade e da multiculturalidade, chamando a atenção para a dimensão espacial da cidadania (MARTINS, 1993). Neste texto, o conceito de território interage paradoxalmente com

o de nomadismo, um dos eixos analíticos para o estudo dos segmentos vulneráveis da população citadina. Pelos fluxos, e suas redes – podem-se resgatar percursos e é também o resgate de uma história de longa duração e no percurso da noção de território podem-se esclarecer suas relações com lugar, fronteira, pertencimento, identidade. Inclui-se aqui, a noção de territórios móveis.

Por sua vez, a evolução do conceito de vulnerabilidade e seus deslizamentos apontam para uma reflexão em torno dos aspectos ambientais propriamente ditos, porém ligados à relevância da dinâmica social, seu caráter econômico, cultural, social e político. Adotamos o conceito, indicando a questão das dificuldades de famílias, grupos e indivíduos de estarem municiados para enfrentarem riscos que os envolvem. “... um estado que varia em uma relação inversa à sua capacidade para controlar as forças que modelam o seu próprio destino, ou para combater seus efeitos sobre o bem-estar” (KAZTMAN, 2000, p. 3).

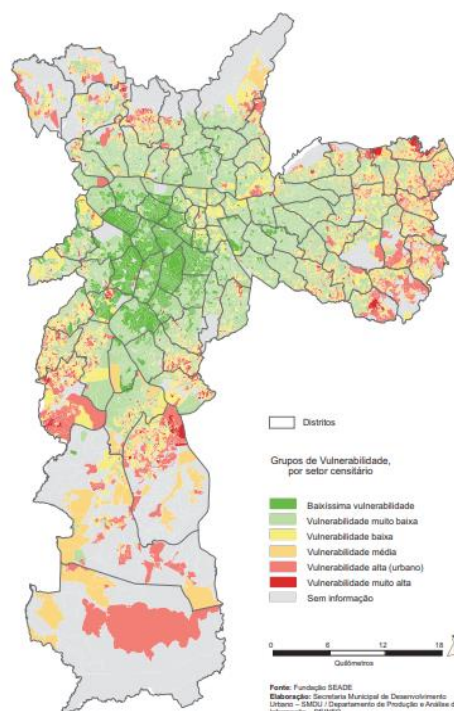
O segmento vulnerável não pode ser visto de forma absoluta, mas sim em relação à forma pela qual as políticas públicas os tratam. Entendemos aqui, por política pública, o conjunto de ações do Estado em direção a ações de caráter eminentemente social. Dessa maneira, três elementos se destacam na vulnerabilidade: a exposição a certos riscos, a capacidade de enfrentá-los e a potencialidade destes em trazer consequências importantes para os afetados, manifestando-se em uma gama de diversas situações.

As estimativas sobre o montante de pessoas em vulnerabilidade são imprecisas, mas o contingente favelado foi apontado em cerca de 11,25% da população ainda em 2010 (PASTERNAK, 2016); as estimativas de moradores em cortiços oscilam e divergem entre si, mas movimentos de moradia dizem que são no mínimo um milhão de pessoas (VÉRAS, 2016). As periferias envolvem cerca de 6 milhões de habitantes, ou seja, são grandes contingentes (D’ANDREA, 2020). Na capital paulista, o crescimento da população sem domicílio fixo é assustador. Dados do Censo da população em situação de rua em São Paulo, realizado em 2019, apontaram o total de 24.344 pessoas em situação de rua na cidade, representando expressivo aumento em relação a 2015, com uma variação anual de 11,23% entre as datas dos censos (2019, SMADS-SP). Evoca-se, também, o sofrimento ético-político das pessoas em situação de risco, privação e vulnerabilidade (VERAS, 1987, 2020). Como vimos, é

impossível compreender a segregação sem o componente étnico-racial e pesquisas realizadas sobre a concentração de população negra na cidade revelam que as periferias abrigam concentrações desse grupo, embora não com exclusividade, daí a heterogeneidade (MARQUES, 2016).

Como o lugar da heterogeneidade (MARQUES, 2016) e da alteridade (D'ANDREA, 2020), cumpre observar as mudanças nas periferias da cidade de São Paulo.⁸ Recente estudo de Miguel Jacob e Renata Bugni (2017) analisou a cidade de São Paulo por meio do IVS – Índice de Vulnerabilidade Social e sua variante paulista, o IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, e considerou as 1.593 Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) que formam a cidade de São Paulo (REIS, 2022).

Figura 2 – Mapa 1 IPVS do Município de São Paulo-2010.



Fonte: Fundação SEADE-SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO-SMDU. Departamento de Produção e Análise da Informação-DEPAI (Reproduzido de REIS, 2022, p. 65).

Ao observarmos os dados dessas pesquisas, incluindo ainda outras fontes, percebe-se a importância de relacionar com a interseccionalidade, pois a

⁸Utilizando dados do IBGE, em três dimensões: renda e trabalho, capital humano e infraestrutura urbana. Cada uma destas dimensões, bem como o índice total, tem um valor que varia entre 0 e 1, em que o valor mínimo representa total ausência de vulnerabilidade; e quanto mais próximo da unidade, mais vulnerável é a região.

vulnerabilidade se apresenta de forma diferenciada quanto a gênero, raça e idade. Os dados sobre usuários de ônibus dizem:

[...] a partir do perfil dos usuários do Sistema de Ônibus em 2021: as mulheres negras são mais pobres do que as brancas, sendo que 55,26% delas se encaixam na faixa de renda familiar de R\$ 2.090,00 até R\$ 5.225,00, enquanto 48,64% das brancas encontram-se nesta faixa. Na faixa seguinte, com maior renda, os dados são inversamente proporcionais: somente 8,10% das negras têm renda familiar de R\$ 5.225,00 até R\$10.450,00, enquanto 19,90% das brancas estão inseridas nesta faixa... (REIS, 2022, p. 77).

Com base nas pesquisas elencadas, Reis (2022) conclui quanto à relação entre segregação e mobilidade em São Paulo:

[...] Com relação à população negra, conseguimos perceber como estes sistemas de transporte foram influenciados pela formação segregacionista das cidades escravocratas, desde o século XIX até os dias de hoje. Por conta desse modo cruel de produção, as populações negras foram cada vez mais expulsas dos centros das cidades, providos de infraestrutura urbana, para as periferias, não sendo consideradas no planejamento do transporte público, somente como para aumentar a efetividade da mão de obra e não como um direito para essa população ter acesso à cidade (REIS, 2022, p. 112).

Dessa maneira, diversos elementos estão presentes, como o caráter econômico, o caráter de gênero e o caráter de raça, que se apresentam como vitais para serem considerados na agenda urbana democrática (VILLAÇA, 2011). Retomando aqui a Figura1 – Distribuição da população negra e parda nos distritos municipais, percebe-se claramente que predomina a presença negra na periferia da cidade, com as dificuldades urbanas que se apresentam.

A população dos distritos centrais da República, Sé e Santa Cecília são as que proporcionalmente mais residem a 1 km de distância de estações de transporte público de alta capacidade (88%, 86,4% e 73,2%, respectivamente). Por outro lado, 29 distritos não chegam a 1% nesta mesma condição, todos em regiões periféricas da cidade. Grande parte destes distritos (19) também são os que têm maior presença de população negra (REIS, 2022, p. 81).

E, um aspecto muito importante, periferia é cultura e poesia. No Bar do Batidão e na Cooperifa (BIN, 2018), ao longo da história da cidade observa-se que se formaram núcleos de encontros para declamação, no rastro da música e, depois, literatura chamada marginal. Os sons do forró, do samba, do punk rock deixaram herança como cultura de resistência, especialmente por causa do descaso do poder público com tais regiões, do genocídio, especialmente de corpos negros masculinos.

Um morador da periferia tem muito a dizer (D'ANDREA, 2020) e, por isso, as seguintes considerações são deste protagonista da cidade: reconhecendo que a periferia sempre foi o território da alteridade, afirma ser ocupada pelos mais baixos postos da esfera produtiva e de serviços (porteiros, babás, garis, pedreiros, desempregados, aposentados) e é o lugar deles na cidade capitalista. Com um sentimento sobre esse lugar, expressa: “periferia é periferia em qualquer lugar, como um desespero em busca da pacificação” (D'ANDREA, 2020). Entretanto, a vida cultural existe, nos saraus, no hip-hop, no funk, além dos *slams*. Os coletivos culturais avançam, alguns com financiamentos públicos, como ocorrido nos governos Lula e Dilma, nos anos 2000.

No entanto, é um complexo de contradições, pois, embora relegada, a cidade não vive sem a sua periferia, que aciona as engrenagens produtivas, o comércio e os serviços. Ademais, é nas periferias urbanas que vive a grande maioria da população do planeta, por isso, qualquer intento de transformação social deve passar necessariamente por esse contingente. Reunindo várias “quebradas”, uma região de mais de 6 milhões de pessoas, a periferia é o lugar da luta diante de sua invisibilidade pelo poder público. Assim como há dominação de classe, de gênero, de raça, há a opressão territorial (D'ANDREA, 2020).

Considerações quase finais

Como se procurou mostrar, o racismo à brasileira mascarou a segregação de vastos contingentes, que estão nas periferias e na precariedade, notadamente a população negra e os demais trabalhadores pauperizados, que em sua heterogeneidade têm em comum a negação do acesso ao ambiente construído de qualidade.

Do ponto de vista subjetivo, apesar do empreendedorismo e do individualismo crescentes, a periferia precisa de afeto, do abraço, da solidariedade em sua sociabilidade, pois, vivem de forma precária, com o sofrimento de crianças, jovens, mulheres sob violência, racismo, circunstâncias tais em que o episódio do Covid-19 revelou as desvantagens acumuladas por esses moradores, predominantemente os negros nas periferias da cidade (D'ANDREA, 2020).

Para concluir brevemente estas considerações será feito uso de um aspecto relevante e complementar ao quadro exposto. Como a ciência avança por meio das questões que sabe fazer, isso nos instiga a fazer indagações fundamentais para uma postura epistemológica, que introduza valores e ética nas conceituações científicas. Segundo esse autor, isso permitirá escapar de posições ancoradas na “pseudo” neutralidade científica e que acabam por culpabilizar a vítima de ser relegada socialmente. Não se pode concluir sem tratar dos afetos.

A afetividade, muitas vezes, é vista como fator desestabilizador, como dificultadora fonte de desordem, incontrolável do ponto de vista moral, quando não ignorada. Ao contrário, pode ajudar a entender a pobreza extrema, os excluídos e discriminados, mantendo viva a capacidade de se indignar face à injustiça social, sem perder o rigor teórico-metodológico.

Parece simplista a noção de que no universo da privação, o indivíduo pobre cuida exclusivamente da sobrevivência e não tem o direito de demonstrar emoção ou sofrimento. Respeitar o universo emocional do sujeito no ambiente de privação não é menosprezar o importante papel do Estado nesse contexto e nessa causalidade. A privação pode ser vista como sofrimento individual, entretanto, a sua origem não é apenas pessoal e sim intersubjetividade delineada socialmente (SAWAIA, 1999). As emoções são fenômenos históricos e sociais, estão em contínua construção, e podem, em diferentes momentos, priorizar estrategicamente alguma ação para exercer pressão social.

Com dimensão política, as emoções obrigam as Ciências Sociais a incluírem o corpo em suas análises econômicas e políticas. Como diz a autora, o homem não vive sem corpo, que é da mesma substância que a mente, em Espinosa. Nesse sentido, corpo e alma são ativos ou passivos de forma conjunta, e há um sistema de ideias em que o psicológico, o social e o político estão entrelaçados.

Um exemplo claro de emoções surgidas social e culturalmente é o sofrimento ético-político do “banzo”, doença misteriosa que matava o negro escravo brasileiro. A esse respeito, o banzo, gerado pela tristeza da solidão, da humilhação e das ações legitimadas pelas políticas de exploração e dominação econômica internacional daquele momento histórico “justificador” da escravidão provocaram a morte biológica. E como consequência inelutável desse enfoque inclui-se a preocupação teórica desse

eixo explicativo, sofrimento ético-político e cultural desses sujeitos periféricos (SAWAIA, 1999) a serem analisados, voltando-nos para um enfoque sociológico das emoções (KOURY, 2020).

[...] este mesmo sofrimento mais recentemente é responsável pela elevação do número de suicídios entre jovens índios de diferentes tribos brasileiras. A literatura é fonte de dramáticos exemplos de sofrimento ético-político e de como ele varia historicamente, de acordo com a mediação priorizada no processo de exclusão social: raça, gênero, idade e classe [...] (SAWAIA, 1999, p. 104).

Outros exemplos evocam a influência dos fatores de raça e classe, todas legitimadoras da rejeição, do preconceito e que provocam o sofrimento, que, em síntese, abrange múltiplas afecções do corpo e da alma, e que mutilam a vida das mais variadas formas; relaciona-se com a vida cotidiana e as questões sociais. Em outros termos, é a negação à maioria da população de apropriar-se da produção material, cultural, social de sua época, é a vivência cotidiana da desigualdade social em seus reflexos sobre as emoções dos indivíduos. É a negação do direito à cidade, de forma mais ampla, de que todos possam se movimentar no espaço público e expressar desejo e afeto.

Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (2006). *De Volta à Cidade*. São Paulo: Annablume. 294
BIN, Marco Antônio. O espaço segregado e as culturas das margens em São Paulo. In: VÉRAS, Maura P. B. (org): *Desigualdades Urbanas. Segregação, alteridade e tensões em cidades brasileiras*. Jundiaí, PACO Editorial, 2018.

BIRMAN, Patricia; CARNEIRO, Sandra de S. Antropologia Urbana. Experiências antropológicas na cidade: desafios contemporâneos para os estudos do urbano. In: FAZZI, Rita et. al. (orgs.): *Campos das Ciências Sociais*. Petrópolis, Ed. Vozes, 2020.

BUARQUE, Cristovam. *O que é apartação - o apartheid social no Brasil*. SP, Brasiliense, 1993.

BUGNI, Renata; JACOB, Miguel. Índice de Vulnerabilidade Social: uma análise da cidade de São Paulo. In: MARGUTI, B. O.; COSTA, M. A.; PINTO, C. V. D. S. *Territórios em números: Insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de UHDS e regiões metropolitanas brasileiras*. Brasília: [s.n.], v. 2, 2017, p. 85-112.

CALDEIRA, T. P. D. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, EDUSP, 2000.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. *40 ideias sobre periferias*. São Paulo, ed. Dandara, 2020.

DANTAS, Sylvia D.; FERREIRA, Ligia; VERAS, Maura P.B. Um intérprete africano do Brasil: Kabengele Munanga. *Revista USP*. Dossiê Interculturalidade. v. 114, julho, agosto, setembro, 2017.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. Eunice Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora, UFJF, 2005, 3ª reimpressão.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes (o legado da raça branca)*. Vol. I. Editora Globo, São Paulo, 7ª edição, 2008.

FOUCAULT, Michel. "Il faut défendre la société": *Cours au Collège de France, 1975-76*. Paris, Seuil, 1997.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *O lugar do negro*. RJ, Marco Zero, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 5ª ed., RJ, José Olympio, 1969.

IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. Apogeu e crise da escravatura no Brasil. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1962.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KAÇULA, T. *Casa Verde: uma pequena África paulistana*. São Paulo: LiberArs, 2020.

KOURY, Mauro G. de Pinheiro. Sociologia das emoções: A antropologia e a sociologia das emoções no Brasil: breve incursão. FAZZI, Rita *et al.* (orgs): *Campos das Ciências Sociais*. Petrópolis, Vozes, 2020.

MAGNANI, José G. Cantor. Espaço e cultura na cidade contemporânea. São Paulo: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, nº 45, fevereiro de 2001.

MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (orgs) . *São Paulo. Segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo, Editora SENAC, 2005.

MARQUES, Eduardo. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. *In: MARQUES, E; TORRES, H (orgs)*. São Paulo. *Segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo, SENAC, 2005.

MARTINS, Maria. Lucia Refinetti. Moradia Social e Meio Ambiente - tensão e diálogo na metrópole, Tese de Livre Docência, USP, 2005.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo, N-1 Edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele. Considerações sobre as políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior. In: PACHECO, Jairo Q.; SILVA, Maria Nilza: *O negro na universidade. O direito à inclusão*. Brasília, Distrito Federal, Fundação Cultural Palmares, 2007.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. Processo de um racismo mascarado. São Paulo, Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. *A presença do negro na cidade: memória e território da Casa Verde em São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Ciências Sociais. PUCSP, 2002.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. *Territorialidade negra e segregação racial na cidade de São Paulo*. São Paulo, Editora Alameda, 2016.

PASTERNAK, Suzana. Favelas, fatos e boatos. In: KOWARICK, Lucio *et al.* (orgs.). *Pluralidade Urbana*: São Paulo, Editora 34, 2016.

PEREIRA, Verônica Sales. Memória Industrial e Transformações Urbanas na Virada do Século XXI: os Casos do Brás, Mooca, Belenzinho e Pari. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, p. 6, ISSN 1980-0894, 2007.

PIERSON, Donald (org.). *Ensaio de ecologia humana*. São Paulo. Livraria Martins, 1948.

REIS, Eduardo Castellani Gomes dos. *Desafios às políticas públicas: análise das relações entre desigualdades socioespaciais e a mobilidade urbana em São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Ciências Sociais. PUC-SP, 2022.

RIBEIRO, L. C. Q. e LAGO, L. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, in *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 3, novembro de 2000.

ROLNIK, R.; FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. Reestruturação Urbana da Metrópole paulistana: a Zona Leste como território das rupturas e permanências. *Cadernos Metrópole Desigualdade e Governança*, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 55-84, 2001.

ROLNIK, Raquel. *Cada um no seu lugar!* São Paulo, início da industrialização. Geografia do poder. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. FAU-USP, SP, 1981.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Boaventura de S. *Pela mão de Alice*. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo, Cortez, 1997.

SAWAIA, Bader B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão-inclusão. In: SAWAIA, Bader (org.): *As artimanhas da exclusão*. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, Vozes, 1999.

SERRA, Ricardo N. *A produção do espaço na periferia de São Paulo: tensões entre moradia e meio ambiente na ocupação dos mananciais sul na cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Ciências Sociais PUC-SP, 2013.

SILVA, Eduardo. *Racismo e democracia racial no Brasil*, 2011.

SILVA, Maria Nilza. *Nem para todos é a cidade*. Segregação urbana e racial em São Paulo, Brasília, D.F., Fundação Cultural Palmares, 2006.

SMITH, Neil. *The New Urban Frontier – Gentrification and the Revanchist City*; Londres: Routledge, 1996.

VÉRAS, Maura P. B. *O bairro do Brás em São Paulo: um século de transformações do espaço urbano ou diferentes versões da segregação social*. Tese de doutorado. Ciências Sociais, PUC-SP, 1991.

VÉRAS, Maura P. B. Os impasses da crise habitacional em São Paulo ou os nômades urbanos no limiar do século XXI. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Vol. 1, n. 1, 1987.

VÉRAS, Maura P. B. Segregação e alteridade na metrópole: novas e velhas questões sobre cortiços em São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI Jr., Heitor: *Pluralidade urbana em São Paulo*. Vulnerabilidade, marginalidade, ativismos. São Paulo, Editora 34, FAPESP, 2016.

VÉRAS, Maura P. B. Estrangeiros na metrópole: territórios e fronteiras da alteridade em São Paulo. *Revista USP*, São Paulo, V. 114, julho, agosto, setembro, 2017.

VERAS, Maura P. B. Sociologia Urbana: das construções teóricas do espaço ao direito à cidade. In: FAZZI, Rita de Cássia; LIMA, Jair Araújo (orgs.): *Campos das Ciências Sociais*. Figuras do mosaico das pesquisas no Brasil e em Portugal. Petrópolis, Ed. Vozes, 2020.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001a.

VILLAÇA, Flávio. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Nobel, 2001b.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37-58, 2011.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In ARANTES, Antônio (org.). *O Espaço da diferença*. São Paulo: Papirus Editora, 2000.

Recebido em: 15 de dezembro de 2022.

Aceito em: 9 de fevereiro de 2023.

COMO REFERENCIAR

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Racismo à brasileira: uma análise das ressonâncias espaciais na configuração das periferias urbanas. Desigualdade e segregação em São Paulo. *Latitude*, Maceió, v. 17, n. 1, p. 30-56, 2023.